

“A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí.

José Iran Ribeiro¹

Francisco Pedro de Abreu nasceu e faleceu em Porto Alegre, respectivamente, em 23 de março de 1811 e em 7 de abril de 1891, aos oitenta anos. Era filho do português Pedro José de Abreu e da rio-grandense Caetana Maria de Abreu. O pai veio para o Brasil depois da morte dos genitores e “prosperou grandemente” no comércio. A mãe era natural de Triunfo e descendente de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos (Carvalho, 1937: 124-125). Alinhado “Chico Pedro”, também herdou o apelido “Moringue” do pai, “Pedro Moringue”, e na descrição de Sérgio da Costa Franco – um dos poucos autores que lhe dedicou mais que um ou dois parágrafos – “ficou conhecido desde Porto Alegre (...) até à Fronteira Oeste e ao Uruguai, onde traficou e guerreou por conta própria” (2006: 9).

Basta uma breve retomada de sua trajetória para se evidenciar características que não se ajustam ao modelo esperado às lideranças político-militares daqueles tempos. Sua origem urbana não reproduz o entendimento generalizado de que o principal extrato político-militar da província no século XIX era estreitamente vinculado a campanha e às atividades pecuárias. Além disso, inverte a lógica normalmente esperada dos homens destacáveis do Rio Grande do Sul nos oitocentos, pois sua folha de prestação de serviços ao Estado iniciou no espaço urbano e só depois de alcançar significativa notoriedade passou a agir também no interior da província e nas zonas de fronteiras, obtendo notoriedade durante a Guerra dos Farrapos e posteriormente nas ações no Uruguai.

Abreu participou dos esforços na luta contra os republicanos rio-grandenses, a Guerra dos Farrapos (1835-1845) desde o princípio. Segundo sua autobiografia – “Memórias de Francisco Pedro de Abreu: o barão do Jacuí”, publicadas no primeiro e no segundo números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – lutou pela primeira vez contra os revoltosos em 31 de março de 1836, “aonde (...) deu provas de coragem.” (1921: 22). A documentação de época atesta que Chico Pedro tinha o reconhecimento de seus chefes e recebia elogios com frequência. A primeira menção encontrada na documentação afirma:

¹ Doutor em História Social; Professor na Universidade Federal de Santa Maria.

“Tenho de levar a presença de V.Ex.^a, que ontem 27 do corrente, chegou até este ponto, a partida ao mando do valente tenente Francisco Pedro de Abreu, de cuja diligência conseguiu correr alguns rebeldes que dispersos de coxilha em coxilha, vigiavam a esta pequena expedição (...). É do meu dever levar ao conhecimento de V.Ex.^a, o comportamento, valor e coragem destes dois oficiais, o tenente Francisco Pedro e o alferes Julio José Vianna, soldados que nesta diligência empreguei ainda resta-me de fazer ver a V.Ex.^a de que tenho a honra de comandar homens tão intrépidos, que se distinguem tanto a bem da pátria e da legalidade.”²

Elogios do tipo a seu respeito são comuns. Por exemplo, “o sargento-mor Francisco Pedro houvesse [sic] com aquela tranqüilidade, bravura e felicidade que o caracterizam;”³ chamado “oficial vaqueano” por generais⁴; agraciado como oficial da ordem Imperial do Cruzeiro por derrotar Bento Gonçalves da Silva “em tão distinta ação, pelo denodo e bravura com que hão assinaladamente souberam coroar de novos louros as armas imperiais.”⁵, etc. De outra parte, os republicanos descreviam-no como “façanhudo”, “perverso”, “facínora”, “orgulhoso”, “verdugo da humanidade”⁶. Um e outras designações atestam a capacidade e a admiração obtida por Chico Pedro e o temor, senão o ódio, de seus inimigos.

Essa reflexão se baseia num conjunto das fontes mais significativas para a história da guerra na província durante o XIX – Fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Códices Gerais do Arquivo Histórico do Exército, Série Guerra do Arquivo Nacional – e outros acervos pertinentes – registros de batismo de Porto Alegre, documentação policial, requerimentos, a auto-biografia do barão. Se observarmos o conjunto da documentação, nenhum outro oficial imperial recebeu tantos elogios por suas ações durante a guerra e alcançou tão rapidamente os sucessivos postos da hierarquia.

Em 1835, Abreu começou atuando como simples guarda nacional, no ano seguinte tornou-se tenente, capitão em 1837 e assumiu o comando do esquadrão da Barra em substituição ao irmão João. Em 1838 recebeu a patente de major, no ano seguinte tornou tenente-coronel e o esquadrão foi transformado em 5º corpo de

² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Fundo Autoridades Militares (AM), Maço (M) 126, acampamento, 28 de janeiro de 1837, major Jerônimo Batista de Alencastro.

³ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AAHRs), volume (v) 14, CV-6488, Porto Alegre, 11/4/1838, brigadeiro Felipe N. d'Oliveira.

⁴ AAHRs, v 14, CV-6488, Rio Pardo, 28/4/1841, brigadeiro Felipe N. d'Oliveira.

⁵ Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Códice (Cód.) 91, palácio do Rio de Janeiro, 17/2/1842, José C. Pereira.

⁶ AAHRs, vol. 9, Rio Pardo, 9/12/1839, Duarte S. Gomes; vol. 5, Caçapava, 25/4/1839, São Gabriel 13/3/1840, José da S. Brandão; vol. 6, QG no Moreira, 21/ 03/ 1844, David Canabarro; vol. 17, Camaquã, 16/6/1860, Bernardo Pirez.

cavalaria da Guarda Nacional sob seu comando, alcançou a patente máxima possível ao tornar-se coronel chefe de legião da Guarda Nacional em 1844, tendo sido agraciado, em 1842, com a insígnia de cavaleiro da ordem do Cruzeiro⁷. Sendo agraciado com o título de barão do Jacuy em 1845, em retribuição aos serviços que prestou durante a guerra e em referência toponímica ao rio que cruza o Rio Grande do Sul muitas vezes utilizado por Chico Pedro para realizar suas surpresas.

Em meio a tantos militares experientes, é difícil entender porque Abreu se destacou tanto, mesmo porque não tinha experiência em campanhas anteriores. Porém, suas ações buscavam sempre surpreender os inimigos em ataques rápidos de cavalaria e infantaria, usava barcos para agilizar os deslocamentos⁸, permanecia dias escondido nos matos esperando a melhor oportunidade de atacar, ocupava-se também em reunir cavalos e mantimentos para o abastecimento de Porto Alegre ou simplesmente para minar o ânimo dos republicanos.

Sempre usando a terceira pessoa do singular, registrou em suas “Memórias” que:

“o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu nunca descansava as ideias de distrair, e de aniquilar por todos os modos o partido rebelde, e soube pelos seus bombeiros, que em distância da capital de Porto Alegre, pouco mais de três léguas (...) debaixo de uma guarda, o derrotado [general] Neto, e seus oficiais tinham deixado uma cavaldada de estimação de seus andares, e apesar desta diligência ser de grande risco, por ser distante meia légua do exército rebelde, contudo a propôs ao presidente da província [...] as oito horas da noite, embarcou-se com 50 homens do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional de seu comando e 200 homens de infantaria [...] e seguiu em 2 barcas de vapor e 3 barcas de cavalos, nove léguas a Itapuã, aonde chegou as 2 horas depois da meia noite, mas vendo ser já tarde o efeito da diligência arribou para o outro lado do rio Guaíba (...) donde esteve o dia inteiro a dar pasto aos cavalos, e a noite embarcando foi dar outra vez em Itapuã as 10 horas da noite. E desembarcando imediatamente com os 50 homens de cavalaria (...) e caminhou de noite cinco léguas [até] amanhecer e (...) investindo a guarda a destroçou”. (1921b: 172).

No mesmo sentido, há relatos que levava comida para dias, de seu conhecimento sobre a força e as direções do vento e das correntes fluviais, da construção de um forte provisório na ilha da Picada que serviu para refrear as incursões dos republicanos sobre Porto Alegre e também como ponto de partida de suas ações (Brasil, 1945: 154)⁹. Enfim, apesar de não ter experiência pessoal e ser oriundo do principal centro urbano da província, revelou-se um grande estrategista, que usava melhor que ninguém as

⁷ AHEx, Cód. 91, Rio de Janeiro, 17/2/1842, José C. Pereira.

⁸ A utilização de embarcações era crucial em sua estratégia. Em 1838, portanto, nos anos iniciais da guerra, solicitou a presidência da província a construção de uma barca maior, que coubesse ao menos 100 homens e os respectivos cavalos para ser usada nos deslocamentos. AHRS, AM, M. 131, Porto Alegre, 13/10/1838, major Francisco P. de Abreu.

⁹ AHRS, AM, M. 133, Porto Alegre, 1/12/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira.

características do meio em que atuava e, além de ousado, também demonstrou muitas vezes sua valentia frente ao inimigo. Características reconhecidas por seus superiores nos elogios e rápidas promoções que recebeu.

Entretanto, por mais significativas que sejam essas realizações, é importante considerar que Abreu contou com o auxílio e o trabalho de vários homens. Certamente que foi outro mérito seu comandar homens, mas a autoridade da liderança não é algo que se baseia apenas na hierarquia militar, sendo construída de diversas maneiras. Nesse sentido, é importante relacionar os homens que atuaram com Chico Pedro e tentar refletir sobre as razões que seguiam seu comando em tantas ações exitosas, mas também arriscadas.

As palavras citadas no título do texto foram escritas na autobiografia do barão para descrever o momento em que uma importante liderança militar do Rio Grande do Sul aderiu aos republicanos e Francisco teve que impedir a desmobilização de seus homens e de outros chefes militares. Sem relatar como procedeu, apenas relatou que com sua chegada “fez criar ânimo a todos, a bem de se aprontarem com suas famílias, e mais preciso e seguirem para a capital” (1921a: 26).

Seja como tenha sido, Francisco tinha três irmãos, todos estavam envolvidos com a defesa da legalidade imperial na Guerra dos Farrapos e seus esforços e qualidades foram citados inúmeras vezes no texto das “Memórias”. Chamavam-se Antônio Pedro de Abreu, João Pedro de Abreu e Paulo José de Abreu. No início da guerra os quatro irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Pode-se imaginar que os irmãos Abreu atuavam juntos nas lides contra os republicanos durante os anos de guerra e parece ser coerente analisar essas relações antes de aumentarmos o círculo dos indivíduos que faziam parte dos grupamentos liderados por Francisco.

Deve-se destacar que Chico Pedro é muito referido na documentação, mas seus irmãos nem tanto. Ainda assim, é possível considerar o trabalho de Antonio, João e Paulo ao tempo em que Francisco tornava-se um líder de destaque, no sentido de se verificar quanto colaboraram nas realizações do irmão e como os laços familiares influíram no processo. Isso inclusive pode ser dimensionado pelas citações aos irmãos feitas nas “Memórias”: João é citado duas vezes, Antônio três e Paulo quatro. Diferenças pouco significativas.

Não há informações sobre as idades dos irmãos, mas pode-se inferir sobre a ordem de nascimento. A inferência baseia-se nas trajetórias militares. Em 1836 Antônio e João eram oficiais de Milícia e Francisco e Paulo paisanos ou praças guardas nacionais. Ou seja, aqueles eram mais velhos porque já milicianos e estes eram mais jovens, pois iniciaram seus serviços posteriormente à extinção das Milícias e depois da criação da Guarda Nacional, em 1831 (Ribeiro, 2005). Sendo que Paulo foi promovido tenente guarda nacional depois que Francisco, provavelmente, por ser o mais jovem dos quatro.

Sabe-se que Antônio foi comandante da Presiganga em Porto Alegre e de prisões de unidades militares, entre 1836 e 1840, sendo considerado fora do serviço ativo desempenhando essas funções. Continuou na função até que foi autorizado a passar dois meses de licença para tratar da saúde em Rio Grande, em abril de 1841. Ainda há informações de que em 1845, sendo major, comandava um esquadrão na região da vila de Triunfo¹⁰. A primeira menção sobre João na documentação informa que o tenente era comandante de uma força de cavalaria atuando na região do Taquari em 1837 ao lado de Chico Pedro. Dois anos depois solicitou ser empregado na função no comando do destacamento do Trem de Guerra apesar do irmão, Francisco, então major comandante do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional, ter solicitado que João e Antônio P. de Abreu fossem incorporados à unidade. Em setembro de 1843, o major João foi dispensando do serviço de destacamento e recebeu ordens para se recolher ao distrito em que vivia¹¹. O primeiro sargento Paulo J. de Abreu foi proposto para tenente guarda nacional no mesmo documento que Moringue foi indicado para o posto de capitão, em junho de 1837. Tenente, servia com Chico Pedro e permaneceu na unidade já capitão. Paulo ainda estava sob o comando do irmão no 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional em 1841¹². A inexistência de maiores informações sobre Paulo indica que

¹⁰ Respectivamente, AHRS, AM, M. 126, Porto Alegre, 17/1/1837, Francisco de C. Santos; M 137, Porto Alegre, 14/4/1841, marechal Thomás J. da Silva; Fundo Polícia (P), M 62, Porto Alegre, 21/4/1838; AAHRS, v 2, Triunfo, 15/2/1845, Antônio P. de Abreu.

¹¹ Respectivamente, AHRS, AM, M, 129, Taquari, 6/1/1837, tenente João P. de Abreu; AAHRS, v. 9, Triunfo, 21 e 24/2/1837, brigadeiro Manuel C. da S. e Fontoura; AM, M. 133, Porto Alegre, 9/9/1839, marechal e comandante da guarnição Thomas J. da Silva; Brasil, 1943, p. 36.

¹² AHRS, AM, M. 137, Porto Alegre, 18/2/1841, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; AAHRS, v 2, CV-47, acampamento da Picada, 9/11/38, major Francisco P. de Abreu; Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias (CHFIJCUD), Porto Alegre (Madre Deus), Micro-filme (Mf) 1390970 (Livro 2), 26/6/1845.

atuou sob o comando do irmão ao menos durante a Guerra dos Farrapos, sem desempenhar outras funções.

As relações entre os irmãos João, Paulo e Francisco se estreitaram ainda mais depois que o último batizou seus sobrinhos em 1845 e 1848, respectivamente. Esses batizados tornam-se ainda mais significativo considerando que, além dos irmãos, Chico Pedro tornou-se compadre apenas de mais um homem¹³. Essas são as evidências das relações entre os quatro irmãos Abreu.

Além de seus irmãos, vários outros homens atuaram junto a Francisco nesses anos de guerra. Nesse sentido, inicialmente, se poderia pensar que a leitura das “Memórias” permitiria verificar quem foram os homens de confiança de Francisco durante a Guerra dos Farrapos. Porém, como Benito B. Schmidt já destacou, “escrever a própria vida não significa representar uma realidade pré-existente; muito mais que do que isso, significa criar a vida narrada e o próprio autor” (2012: 233). Ou seja, como não poderia ser diferente, a produção das “Memórias” foi um exercício de seleção e ordenamento dos sucedidos, com inclusões e exclusões motivadas por razões diversas.

Uma situação é especialmente evidente disso. Nas “Memórias” critica especialmente José Joaquim de Andrade Neves, que alcançou algum destaque durante a guerra contra os republicanos, mas tornou realmente célebre durante a guerra contra o Paraguai, tendo sido agraciado, então, com o título de barão do Triunfo. Numa das passagens relata que “Neves por atorado se tinha desvareado [sic] a toa, campo fora, atrás de uns rebeldes que por astucias o puxaram”, enquanto “abriu o combate o capitão Abreu com a superior força inimiga, tão por mais de uma hora, que os destroçou (p. 30). Em várias partes do texto, Neves é criticado, sempre destacado por comentários que desqualificam sua capacidade militar. Não há uma razão clara para isso, especialmente se considerarmos que Francisco e Neves atuaram juntos na defesa da legalidade imperial, e Abreu inclusive elogiou o futuro barão do Triunfo em várias outras ocasiões¹⁴.

Em função disso, é mais provável que esses julgamentos reflitam o desgosto de Abreu com o fato de que Neves ter construído uma carreira de considerável sucesso nas forças imperiais na guerra contra Solano Lopes, quando faleceu, enquanto Francisco

¹³ CHFIJUCUD, Porto Alegre (Madre Deus) Mf 1390970, respectivamente 21/9/1845 e 29/10/1848.

¹⁴ Dentre outros, consultar AAHR, v. 2, acampamento da Picada, 9/11/1838; v. 17, Arroio dos Ratos, 7/11/1838, Salustiano S. dos Reis.

permaneceu na província sem ter recebido a oportunidade de participar das lutas no front. Portanto, essas críticas podem ter sido uma manifestação de indignação contra a injustiça que Francisco entendia ter sido vítima – apesar dos serviços prestados durante a Guerra dos Farrapos – em não ter sido mobilizado novamente. Ainda assim, as “Memórias” podem ser usadas como fonte historiográfica, desde que cotejadas com outras evidências, sob o risco de serem consideradas um relato fidedigno.

Abreu menciona muitos nomes ao longo do texto, por vezes até mais vezes que seus irmãos. São os casos de Mariano Martins, Fidélis Paes da Silva e Claro José de Souza, todos oficiais reconhecidos pelo autor como companheiros nas lides da guerra nos grupamentos que comandou: o esquadrão da Barra (1836-1839), o 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional (1839-1844) e a 8ª brigada de cavalaria (1844-1845).

Segundo o registro de batismo de um filho natural seu, Mariano, ou Marianito, era originário de Mercedes, Argentina, e iniciou a guerra lutando nas Missões no posto de capitão, mas logo passou a atuar nas proximidades de Porto Alegre, no chamado esquadrão das Lavras. Talvez por essa experiência ocupava a função de segundo em comando de Abreu no esquadrão da Barra (1921a, p. 39). Major, tornou-se homem de confiança do barão de Caxias (Brasil, 1945, p. 69) e, em março de 1844, foi promovido tenente-coronel, do 5º corpo de cavalaria, assumindo o comando da unidade em maio daquele ano. Função em que recebeu elogios pelo “ardor” e “inteligência” liderando seus homens durante a batalha de Porongos (Brasil, 1943, p. 207, 305)¹⁵, integrando a brigada sob as ordens de Chico Pedro.

Fidélis, membro do 5º corpo de cavalaria, é designado como “ativo” e “distinto” em batalha nas “Memórias” (1921b, p. 183, 197). Em 1839 era cabo na unidade, foi promovido por “atos de valor” a tenente em novembro de 1843 e capitão por distinção em dezembro de 1844 (Brasil, 1943). Também há referência de Fidélis ter recrutado desertores no distrito de Cima da Serra e de ferimentos sofridos em combate. Em 1839, Claro integrava o chamado esquadrão de Faxinal, nas proximidades de Porto Alegre, sob o comando de certo major que não era Francisco. Já sob a autoridade deste, no 5º regimento de cavalaria, foi destacado por “incansável” e bravura, recebeu menções e

¹⁵ Respectivamente, CHFIJCUD, Porto Alegre (Madre Deus), Mf 1390970, 28/12/1839; AHRs, AM, M. 127, Porto Alegre, 10/10/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; M. 129, Porto Alegre, 4/5, 1837, major Manoel L. Osório.

graves ferimentos por arma de fogo¹⁶, assim como é elogiado por seu valor frente ao inimigo em 1845 (Brasil, 1943: 328)

Estes são os homens mais referidos nas “Memórias de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacu?”. Entretanto, o autor cita vários outros em seus ofícios de época, mas que foram pouco ou nada referidos no texto que produziu. Sobre alguns desses outros homens também é possível conhecer um pouco mais.

Assim como Claro, também serviu no esquadrão do Faxinal o tenente Isaiás Antonio Alves, oficial do 5º regimento de cavalaria da Guarda Nacional em 1839. Nessa condição é citado apenas uma vez nas “Memórias” comandando um grupamento sob ataque dos republicanos nas proximidades da capital da província (Abreu, 1821b: 175). Ainda na unidade, mas no posto de capitão, em 1845, foi incumbido da função de reunir vinte praças solteiros da unidade para policiar um dos distritos de Porto Alegre¹⁷.

Como é evidente, muitos homens oriundos da região de Porto Alegre fizeram parte dos grupamentos e unidades comandadas por Abreu. Algo bastante compreensível pelo fato dele ocupar-se, inicialmente, de incursões para defender e suprir a capital da província. Por exemplo, o alferes Manuel Patrício de Azambuja recebeu praças e cavalos de seu pai para o serviço da campanha e disse que não, “pois antes de irem já declararam passariam para a gente do coronel Francisco.”¹⁸ O que, infere-se, pode ser apenas um exemplo de vários outros casos semelhantes.

Entretanto, também ocorriam defecções nas tropas de Chico Pedro tanto pelos desejos de alguns oficiais, quanto por resistências ao serviço. Foi o caso do tenente Francisco Joaquim Garces Cabeleira que solicitou ser transferido do 5º corpo para o esquadrão ligeiro para ficar junto com o irmão. Curioso é que Cabeleira acabou integrando o 8º corpo de cavalaria da Guarda Nacional¹⁹. Ou seja, deixou o 5º corpo, mas acabou integrando outra unidade com as mesmas funções. Em junho de 1837, o

¹⁶ Respectivamente, AAHRS, v. 2, Porto Alegre, 21/9/1839, major Francisco P. de Abreu; AHRS, AM, M. 142, Porto Alegre, 5/1/1844, marechal Thomás J. da Silva; AAHRS, vol. 2, rincão de São Pedro, 10/8/1841, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; AHRS, AM, M. 132, Porto Alegre, 11/1/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; AHRS, AM, M. 142, campo junto do Capivari, 12/12/1844, tenente-coronel José J. de A. Neves; AAHRS, v. 2, rincão de São Pedro, 10/8/1841, tenente-coronel Francisco P. de Abreu.

¹⁷ AHRS, AM, M. 132, Porto Alegre, 11/1/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; AAHRS, v. 2, acampamento na Picada, 17/9/1839, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; AHRS, AM, M. 143, Porto Alegre, 2/6/1845, comandante de guarnição José F. dos S. Pereira.

¹⁸ AAHRS, v. 9, CV-5334, Triunfo, 7/1/1845, major Fernando Kersting.

¹⁹ AHRS, AM, M. 135, Porto Alegre, 21/2/1840, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; M. 136, Aldeia dos Anjos, 22/2/1841.

guarda nacional Rafael Pinto de Azambuja – provavelmente aparentado a Manuel P. de Azambuja citado acima – foi proposto para o posto de alferes do esquadrão da Barra, recebeu o posto e solicitou transferência para outra unidade das redondezas de Porto Alegre no mês seguinte por razão desconhecida²⁰. Já quase no final da guerra, o sargento Tristão de Souza e Silva solicitou deixar o 5º corpo de cavalaria para se incorporar a polícia de Taquari onde esperava, inclusive, chamar de volta desertores do corpo que viviam na região escondidos nos matos²¹.

As defecções também ocorriam no 5º corpo de cavalaria por resistência ao serviço militar por meio da deserção. Além de outros²², sabe-se do caso dos soldados Francisco da Silva Dias, castigado e deportado, e Antônio Aurélio que contou com o auxílio do pai para garantir que estava pronto para se reapresentar. Então não foi castigado por ser de “pouco juízo”, apenas entregue ao referido capitão Claro J. de Souza²³. A deserção era uma característica bastante comum nas forças pouco profissionais como era exército imperial brasileiro, tão comum quanto o fato das unidades reincorporarem desertores (Ribeiro, 2013), ainda que nem sempre fossem dispensados de castigos exemplares²⁴.

Muitos outros militares são citados na documentação produzida por e sobre Abreu. Todavia, é preciso reunir certo número de fontes para se evidenciar algo e apenas alguns documentos apresentam informações passíveis de serem utilizadas para os objetivos propostos. Na maior parte das vezes, os militares são citados apenas como participantes de alguma ação e/ou como sujeitos de arranjos administrativos diversos.

O esforço teórico para a compreensão de como se constitui uma liderança não é fácil. Muitas vezes constrói-se um imaginário a partir dos êxitos obtidos pela liderança, da importância adquirida em determinado contexto, da posição que alcançou ao final da vida, dos testemunhos de admiradores, etc. Soma-se a isso a dificuldade de obter fontes e interpretá-las no sentido de evidenciar como o processo se desenvolveu durante o percurso da vida do indivíduo analisado.

²⁰ AHRs, AM, M. 126, Porto Alegre, 5/6/1837, João da C. L. Barreto; M. 127, Porto Alegre, 26/7/1837, brig. Francisco X. da Cunha.

²¹ AHRs, AM, M. 136, Rio Pardo, 11/4/1844, brigadeiro Felipe N. de Oliveira.

²² AHRs, AM, M. 135, Porto Alegre, 31/12/1839, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; M. 141, Canguçu, 11/2/1844, Francisco P. de Abreu.

²³ AHRs, AM, M. 140, Ponta Rasa, 26/1/1843, tenente-coronel Francisco P. de Abreu.

²⁴ AHRs, AM, M. 142, Pelotas, 23/1/1844, Francisco P. de Abreu.

Essas dificuldades fizeram com que durante muito tempo os cientistas sociais brasileiros usassem conceitos como mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, coronelismo, para explicar a importância e a influência de grupos sociais, geralmente proprietários de terra e/ou lideranças políticas. O uso dessas ferramentas tornou-se tão usual que, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar” e a solução possível para sairmos dessa roda vida seria apenas com “o avanço da pesquisa empírica, por mais árida e inglória que seja a tarefa” (1998: 130)²⁵. No sentido de contribuir nesse último sentido, o exercício é tentar compreender a construção da notabilidade de Francisco P. de Abreu a partir das evidências encontradas nas informações sobre alguns dos homens que serviram ao seu lado durante a Guerra dos Farrapos.

As inúmeras referências de Abreu aos seus irmãos em suas “Memórias” induzem ao entendimento de que Antônio, João, Francisco e Paulo atuaram juntos durante a guerra contra os republicanos. Entretanto, as demais evidências informam que a parceria entre os irmãos Abreu pouco durou. Apesar de continuarem ao serviço do Império, Antônio e João seguiram caminhos distintos de Francisco e Paulo, que continuaram atuando na companhia um do outro por quase toda a guerra, senão por toda ela. Não há indícios das razões dessas escolhas, mas as decisões dos irmãos mais velhos em dedicar-se a outras atividades que não ao lado de Francisco podem indicar certo desconforto em serem liderados por um irmão mais jovem e menos experiente.

Contudo, o fato de Francisco ter batizado o filho de João indica que a relação entre os irmãos não era distante e isso fica ainda mais evidente pelo fato daquele não ter apadrinhado muitas crianças, segundo os registros de batismo das diferentes paróquias de Porto Alegre entre 1835 e 1850. Abreu não era afeito a tornar-se padrinho de filhos de pessoas fora da família. Aliás, afora seus dois sobrinhos – some-se aí o filho de Paulo – nesse período Chico Pedro batizou apenas mais o filho do tenente de infantaria Antônio Eduardo da Costa, aparentemente um pernambucano que permaneceu no Rio Grande do Sul até ao menos 1849, mas não as fontes não indicam qualquer outra proximidade com Abreu.

²⁵ A principal referência da utilização desses conceitos para a compreensão das organizações militares no Brasil, tendo inclusive uma discussão específica sobre as lideranças do Rio Grande do Sul, é Uricoechea (1978).

Esses dados apontam algo curioso sobre Francisco. Diferentemente do que era usual no período, quando os homens influentes utilizavam-se do recurso do batismo para firmar alianças e estender clientelas (Brüger, 2007; Hameister y Gil, 2007; Farinatti y Vargas, 2014), ele era muito seletivo nesse tipo de compromisso e preferia construir proximidades e estabelecer relações com seus contemporâneos de outras maneiras.

Vejamos. Há certo entendimento generalizado que a possibilidade de saque é um importante instrumento de mobilização e obediência de grupos militares durante as guerras. Pode-se entender que o saque aos bens dos inimigos e mesmo às populações das áreas de atuação dos grupamentos foi generalizado em todos os exércitos até o século XIX em maior ou menor grau. A prática inclusive era considerada como parte dos proventos das tropas e servia para mobilizar efetivos, especialmente porque as redes de abastecimento pouco funcionavam e os soldos eram recebidos com atrasos de meses, senão de anos. Em casos semelhantes ocorridos na atual Argentina, as tropas comandadas por Martín Güemes, na província de Salta, se valiam do saque para subsistir, inclusive utilizavam-no como instrumento de coação aos adversários²⁶ e ao menos alguns liderados por Cipriano Benitez, na província de Buenos Aires dos inícios do XIX, esperavam pagamentos através do saque de portugueses e galegos (Fradkin, 2006). Entretanto, em nenhum desses casos, o saque foi a única ou principal motivação desses homens.

Entre as tropas de Abreu não parece que essa tenha sua principal motivação, apesar de realizarem apreensões freqüentes de cavalos e gêneros diversos. Mesmo porque, apesar da guerra, faziam parte de um grupamento que integrava uma instituição militar formal, o Exército Imperial brasileiro, e nessa condição tinham por dever considerar a existência de normas estabelecendo limites à sua atuação, mesmo que houvesse comportamentos desviantes. Evidências disso aconteceram em Porto Alegre. Em certa noite um capitão e dois soldados do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional adentraram uma residência e cometeram abusos. A repreensão afirmou que “um oficial do Império, que tem de rigorosa obrigação manter a ordem, e fazer respeitar as leis, são

²⁶ Sara Emília Mata (2008) analisou o caso. Em “Los gauchos de Güemes”, a autora analisa liderança de Martín Güemes sobre um grupo bastante diverso de homens que formaram uma unidade militar em luta contra as forças realistas na década de 1810. Eram negros, mulatos, pardos escravos ou não, índios, espanhóis e “brancos”, em sua maioria agregados, arrendatários pobres e mestiços. Conforme Mata, é possível concluir que a autoridade de Güemes se baseava em três fatores: o estabelecimento de um foro militar, que os protegia da justiça local; a ascensão social através do ingresso nas forças armadas revolucionárias; e a possibilidade de obter posse de terras ou de não pagar por elas.

dignos da mais severa punição”. Em outra ocasião, homens bateram à porta de uma casa dizendo-se da unidade a procura de desertores. Foram recebidos e revelaram-se ladrões. Ou seja, ainda que houvesse casos de abuso, eram incomuns e a população não as esperava dos integrantes do 5º corpo²⁷.

Há de se considerar também que a motivação de saque tinha mais sentido para os militares de baixa patente, normalmente, oriundo de famílias pobres, que entendiam poder obter algum ganho com os espólios do inimigo²⁸. Aos oficiais essa possibilidade não era totalmente desconsiderada, mas servia para motivá-los quando as possibilidades de pilhagem eram mais significativas, por exemplo, na forma de dezenas ou centenas de reses, importâncias maiores, bens valiosos, etc. O que até poderia ocorrer, especialmente contra inimigos estrangeiros, mas de forma eventual e não quando se tornasse de conhecimento público.

Certamente que os indivíduos que lutavam no Exército Imperial tinham motivações. Sabina Loriga, refletindo na instituição o exército pode ser um laboratório disciplinador, dentre outras questões, entende que os comandos são suscetíveis das fragilidades decorrentes das tensões cotidianas, algo que se transforma em ocasiões de negociação ou de ruptura da ordem militar nas situações mais difíceis e que o carisma é fundamental para os superiores consigam mobilizar seus efetivos (1991). Os êxitos de Chico Pedro certamente tornavam-no um comandante carismático entre os efetivos imperiais.

Entretanto, outras razões também explicam suas motivações. Se publicamente lutavam pela defesa da autoridade da monarquia e contra os ideais republicanos, também esperavam ser retribuídos pelos serviços prestados na forma de promoções, de reconhecimento social e de acesso a lugares melhor situados na sociedade da época. Essas condições, sim, permitiam lucros mais interessantes, como, por exemplo, superfaturar o preço dos gêneros para a subsistência dos efetivos militares, desviar parte da cavahada para remonta das tropas, usar da autoridade dos postos militares para coagir adversários políticos ou concorrentes econômicos, etc.

²⁷ Respectivamente, AHRS, P, M. 64, Porto Alegre, 11/6/1844, chefe de polícia Manoel J. de F. Travassos; Porto Alegre, 6/12/1842, chefe de polícia, Manoel P. da S. Veloso.

²⁸ O próprio Francisco P. de Abreu relata que sua unidade em certa ocasião aprendeu “mais de 60 cavalos, (...) 3 carretas carregadas, uma de erva de mate, e duas de fazendas furtadas em Taquari e Triunfo, tendo repartido a maior parte entre si [seus homens] e as chinas que traziam em sua companhia;” (Abreu, 1921b: 174).

Essas eram as retribuições esperadas por muitos homens dedicados ao serviço das armas do Império. Afinal, num raciocínio direto, nem sempre bem sucedido, vitórias significavam reconhecimento, reconhecimento resultava em promoções, promoções atendiam os desejos de ascensão social e mercês, ascensão social e mercês podiam significar melhores condições para o aproveitamento de oportunidades futuras ou mesmo na divisão de espólios de guerra. Márcia Eckert Miranda tratou da fiscalidade no Rio Grande do Sul dos inícios dos oitocentos e, dentre outras conclusões, apontou as vantagens financeiras obtidas pela elite provincial civil e militar com a necessidade de manter exércitos numerosos naquele contexto (2009). Franco (2006) relacionou algumas ações do barão do Jacuí nesse sentido. Cita ocasiões em que, depois da Guerra dos Farrapos, debateu-se contra os rigores da administração fiscal da província, valeu-se de sócios e procuradores para vender cavalos e reses para o municio das tropas a preços vantajosos, propôs determinadas de suas forças antevendo benefícios pessoais.

Porém, se essas motivações eram comuns, não respondem por que alguns homens decidiram atuar sob as ordens de Francisco e não de outro oficial. Evidentemente, quando se tornaram cada vez mais conhecidas suas capacidades de liderança militar, fazer parte das unidades sob seu comando tornou-se uma opção interessante. Entretanto, aí há também as necessidades de conseguir vincular-se aos grupamentos liderados por Chico Pedro e de demonstrar capacidade de atender suas exigências de comando.

Isso explica porque os militares passíveis de serem relacionados a partir das evidências da documentação como subordinados a Francisco P. de Abreu e que integraram o 5º corpo, criado em 1839, eram oriundos dos vários esquadrões de cavalaria da região de Porto Alegre: esquadrão da Barra, esquadrão de Triunfo, esquadrão do Faxinal, esquadrão de São Leopoldo. Esses homens tinham acesso mais fácil a Chico Pedro e já haviam dado provas de seu valor em ação.

Num estudo já citado, Raúl Fradkin analisou a constituição de uma montonera visando produzir uma análise mais realista e empiricamente fundamentada da constituição desses bandos. A partir de um conjunto diverso de fontes, o autor partiu de uma relação de indivíduos acusados de participarem de uma reunião armada que tinha por objetivo depor e substituir autoridades locais judiciárias e policiais, assim como apoiar a conquista do governo por Juan Manoel Rosas. Nesse sentido, questionando as

características normalmente atribuídas aos integrantes de reuniões semelhantes e a pertinência do conceito de caudilhismo²⁹, Fradkin conclui que as motivações dos integrantes da montenera decorriam, em boa medida, de laços de parentesco e vizinhança, sendo que a maior dos envolvidos ocupava-se como peão ou pequeno produtor autônomo, que nada indica que seguissem ordens de proprietários, sendo o líder, Benitez, um homem pobre, que se baseava sua influência em laços comuns aos integrantes do grupo para mobilizar conhecidos e na sua capacidade de transformar sentimentos e desejos em ação política (2006).

O 5º corpo de cavalaria não era apenas um bando armado, mas uma fração organizada do Exército Imperial. Entretanto, é interessante verificar que, mesmo nesses grupamentos institucionalizados, havia possibilidade das relações de proximidade influírem na constituição das unidades. E, ainda que as decisões sejam no sentido das melhores escolhas possíveis, sempre há o risco de que as relações impliquem significativamente o futuro desses homens, num sentido ou em outro. Os demais integrantes dos esquadrões que não foram transferidos para o 5º corpo talvez tivessem a possibilidade de servir na unidade, mas se preferiram não estar sob as ordens de Francisco e integrar grupamentos de menor importância que um corpo de cavalaria. Ou, talvez, não tivessem a mesma possibilidade. Seja como for, rejeitaram o comando de um tenente coronel – posto alcançado por Francisco P. de Abreu pouco antes da formação do 5º corpo – para servir sob as ordens de majores. É importante destacar que as referências a esses comandantes e aos novos esquadrões praticamente desaparecem na documentação posteriormente³⁰.

²⁹ Nas palavras do autor. “El diagnóstico de las monteneras era prácticamente unánime en las elites letradas y así fue absorbido por la historiografía posterior, que no podía distinguir el fenómeno de las monteneras del bandolerismo y enfatizó la supuesta centralidad que habrían tenido las bandas en la formación de esos liderazgos. En este sentido, la descripción ofrecida por John Lynch es emblemática de todo un itinerario historiográfico acerca del caudilhismo latinoamericano: la trama de relaciones jerarquizadas que suponía el caudilhismo tenía como núcleo central una ‘banda de hombres armados’ en torno al cual se conformaba una serie de círculos periféricos y dependientes. En esas condiciones, ‘el conjunto permanecía unido mediante el vínculo patrón-cliente, mecanismo esencial del sistema caudilhista’, y, de este modo, ‘La estructura de esas relaciones seguía el esquema terrateniente-campesino’” (2006: 198). Para Fradkin, não há como compreender a constituição da montenera estudada a partir desses referenciais.

³⁰ AHRN, AM, M. 132, Porto Alegre, 19/7/1839, major comandante do esquadrão ligeiro José J. de A. Neves. Dos ex comandantes dos esquadrões citados, o futuro barão do Triunfo é o único do qual se pode encontrar referências numerosas na documentação. Não foram encontradas referências posteriores a 1839 do major Antônio José de Lemos, que comandou o esquadrão do Faxinal.

Para os integrantes do corpo, além de estarem sob o comando de um oficial cada vez mais reconhecido por suas capacidades, contavam com outra prerrogativa. Ainda que não tivessem algo assemelhado ao foro militar das lideradas por Güemes, sob o comando de Francisco tinham maior liberdade de ação, como cruzar localidades sem dar satisfação às autoridades locais³¹.

Não há evidências que permitam afirmar que Francisco tivesse qualquer preocupação em tornar-se deliberadamente admirado, reconhecido ou defender os interesses da população mais pobre ou de ter proximidade com seus soldados de baixa patente, a exemplo dos argentinos Güemes, de Manuel Dorrego (Di Meglio, 2014) ou de seu contemporâneo Manoel Luís Osório Osorio (Doratioto, 2008). Entretanto, Chico Pedro algumas vezes usava sua influência para livrar alguns homens, inclusive índios, da prisão e incorporá-los ao seu comando, quase sempre sob o argumento de que “podem prestar bons serviços à Legalidade”³². Ainda que outros fizessem o mesmo, o conjunto das fontes permite concluir que Chico Pedro transformava prisioneiros em comandados mais frequentemente.

Na documentação há referência de certo Antônio Israel Ribeiro que desertou dos republicanos e foi pego nas proximidades de Aldeia dos Anjos, próximo a Porto Alegre, em 1838³³. O barão do Jacuí também cita duas vezes esse nome como capitão, em 1840, e major, em 1844 (Abreu, 1921b: 166-201). Antônio I. Ribeiro aparece no restante da documentação como major do 5º corpo (Brasil, 1945: 127). Porém, não há como ter certeza o desertor republicano é a mesma pessoa que se transformou em major do 5º corpo. Porém, se fosse alguém com experiência militar, demonstrasse capacidade e empenho na defesa do Império, alguém passado do inimigo poderia ter alcançado o posto de capitão em dois anos e os exemplos de incorporação de ex-combatentes farrapos nas tropas de Chico Pedro reforçam essa possibilidade. Se há esses casos, também há ofícios de sua autoria atestando a prisão e o envio de homens às autoridades

³¹ AAHRS, v. 9, CV-5334, Triunfo, 7/1/1845, major Fernando Kerting.

³² AHRs, AM, M. 127, Porto Alegre, 1/7/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; M. 130, Porto Alegre, 17/12/1838, capitão João de S. A. Leitão; M. 133, Porto Alegre, 5/11/1839, marechal Thomás J. da Silva; P, Porto Alegre, 18/8/1840, chefe de polícia Manoel P. da S. Vellozo.

³³ AHRs, AM, M. 131, Porto Alegre, 8/2/1838, brigadeiro Thomás J. da Silva.

de polícia ou do Exército para as devidas punições³⁴. Portanto, Francisco P. de Abreu selecionava quais indivíduos desejava que integrasse suas forças.

Enfim, Francisco P. de Abreu tornou-se um célebre comandante militar durante a guerra dos Farrapos, sendo reconhecido por seus feitos muito rapidamente. Mesmo sem se ajustar completamente ao esperado para um comandante de seu tempo, possuía qualidades pessoais que lhe permitiam não reproduzir algumas estratégias para ascensão social usuais na época, administrando como pode os efetivos sob seu comando, selecionando homens capazes e, por razões diversas, comprometidos com a luta que empreendiam. Nesse processo, nem sempre pode contar com indivíduos da sua extrema confiança, como dois de seus irmãos, mas suas conquistas permitiram-lhe reunir os que julgou mais capazes para auxiliá-lo em se tornar cada vez mais célebre, numa relação de auto-complementação.

Essas considerações não negam o fato de que muitas das lideranças guerreiras do Rio Grande do Sul do século XIX eram originárias da campanha, proprietários de terras, fortaleciam suas posições apadrinhando gentes e estreitando relações pessoais e clientelares das várias formas já evidenciadas pela historiografia mais recente. Todavia, a trajetória de Francisco P. de Abreu sinaliza que outros caminhos podiam ser construídos para a notabilidade. No caso, essencialmente vinculado ao prestígio obtido nas lides da guerra.

Os guerreiros de Chico Pedro contribuía para a notabilidade de seu líder com coragem e obediência. Eram homens que já tinham demonstrado valor em situações de combate, por isso foram selecionados, e acreditavam que sob as ordens do futuro barão de Jacuí teriam melhores oportunidades para também se notabilizarem, por isso o escolheram. Em troca esperavam ter o acesso mais fácil e rápido ao reconhecimento público e às oportunidades de obter vantagens pessoais para muito além das atividades militares, conforme o exemplo de Francisco Pedro.

Não obstante, numa situação diferente, sem conflitos armados, talvez não fosse possível o surgimento de lideranças do tipo ou ao menos que alcançassem tanta notoriedade. O cenário de guerra e a necessidade decorrente de guerreiros capazes oportunizaram o surgimento de militares como ele e seus liderados. Nisto o caso de

³⁴ AHRN, AM, M. M. 134, Lagoa dos Patos, 25/9/1840; P, Porto Alegre, 3/9/1840, chefe de polícia Manoel P. da S. Vellozo; Fundo Requerimentos, M. 85, Porto Alegre, 17/4/1837, Matheus do Carmo e Isidorio Vicente.

Chico Pedro se assemelha a outros casos ocorridos nas antigas possessões espanholas. Entretanto, diferencia-se daqueles porque atuou dentro de num cenário de relativo ordenamento institucional, sem radicais alterações nas instituições militares ou na própria estrutura social.

Em função disso, Francisco P. de Abreu teve algumas possibilidades e limitações no que se refere à construção de si mesmo como liderança militar. Por exemplo, teve muitas oportunidades para demonstrar suas capacidades e de seus homens, porém, dependia do reconhecimento dos superiores para ascender na hierarquia; não tinha o privilégio de nascer numa família de guerreiros e precisava compensar isso demonstrando ainda mais qualidades; necessitava obter seguidas vitórias para conseguir reconhecimento, mas para o que contou com subordinados já experimentados depois que ele próprio demonstrou suas qualidades.

BRASIL. (1943). *Guerra dos Farrapos: ordens do dia do general barão de Caxias (1842-1845)*. Rio Janeiro: Imprensa Nacional.

BRASIL (1945). *Ofícios do barão de Caxias (1842-1845)*. Rio de Janeiro.

BRÜGGER, Silvia. M. J. (2007). Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850). In: Carvalho, J. M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, José M. de (1999). *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG.

CARVALHO, Mário T. de (1937). *Nobiliário sul-rio-grandense*. PoA: Globo.

DI MEGLIO, Gabriel (2014). *Manuel Dorrego: vida e muerte de un líder popular*. Buenos Aires: Edhasa.

DORATIOTO, Francisco (2008). *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras.

FARINATTI, Luís A. E. y VARGAS, Jonas M. (2014). Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, 1816-1844). *Topoi* (Online): revista de historia, v. 15, p. 389-413.

FRADKIN, Raúl (2006). *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

FRANCO, Sérgio da C. (2006). *As “califórniás” do Chico Pedro*. PoA: Martins Livreiro.

HAMEISTER, Martha D. y GIL, Tiago L. (2007). Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra de três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). En Nun, FRAGOSO, J. L. R., ALMEIDA, C. M. C. de; y SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e mercadores: história de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LORIGA, S. (1991). *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l’armée piémontaise au XVIII siècle*. Venice, Italy: Marsilio Editori S.p.A./ Paris: Éditions Mentha.

MATA, Sara E. (2008). *Los gauchos de Güemes: Guerras de independencia y conflicto social*. Buenos Aires: Sudamericana.

MIRANDA, M. E. (2009). *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec.

RIBEIRO, José Iran (2005). *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM.

RIBEIRO, José Iran (2013). *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

URICOECHEA, Fernando (1978). *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel.